



ARTICULAÇÃO ENTRE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO: UM DESAFIO QUE PERMANECE

José Fernando Andrade Costa

RESUMO

O princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária revela-se um permanente desafio no cotidiano das universidades brasileiras. Observa-se uma tendência crescente de valorização da produtividade acadêmica nos âmbitos de pesquisa e inovação, em detrimento da integração entre universidade e comunidade. Os esforços dispendidos para alterar esse cenário costumam esbarrar em problemas tanto no nível estrutural como no nível das microrrelações cotidianas. O objetivo deste artigo é discutir os desafios da articulação entre pesquisa, ensino e extensão universitária na Universidade pública, a partir do relato de ações em Psicologia Social e Direitos Humanos. Tais ações compreendem pesquisa de mestrado e disciplina de graduação da Universidade de São Paulo desenvolvidas no bairro Jaguaré, entre os anos de 2014 e 2016. Os resultados revelam desafios para a inserção e permanência de ações extensionistas na comunidade ligados a fatores tais como: temporalidades, institucionalidades, financiamento, negociações e interesses de distintos atores envolvidos. Conclui-se que o potencial de articulação entre pesquisa, ensino e extensão universitária na universidade coexiste com as dificuldades de efetivar o princípio da indissociabilidade e que um caminho possível para transformar esse cenário é observar com atenção os desafios presentes no cotidiano.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Psicologia Social. Comunidade. Ação Pública. Direitos Humanos.

ARTICULATION BETWEEN RESEARCH, TEACHING AND EXTENSION: A CHALLENGE THAT REMAINS

ABSTRACT

The Brazilian constitutional principle of the indissociability between teaching, research and extension in universities remains a permanent challenge in the everyday. There is a growing tendency to measure academic productivity only by research and innovation results, in detriment of more integration between university and community. The efforts to change this scenario often run into problems both at the structural level and at the everyday micro-relations level. The objective of this article is to discuss the challenges of articulation between research, teaching and extension in the public university, from the report of actions in Social Psychology and Human Rights. This action refers to a master's research and undergraduate classes from the University of São Paulo, developed in the Jaguaré neighborhood, between 2014 and 2016. The results reveal that challenges for the

insertion and permanence of extensionist actions in the community are linked to factors such as: temporalities, institutions, financing, negotiations and interests of different actors involved. We argue that the potential of articulation between research, teaching and extension in the university coexists with the difficulties of effecting the principle of inseparability. A possible way to transform this scenario is to observe with attention the challenges that presents in the everyday life of universities.

Keywords: University extension. Social Psychology. Community. Public Action. Human Rights.

ARTICULACIÓN ENTRE INVESTIGACIÓN, ENSEÑANZA Y EXTENSIÓN: UN DESAFÍO QUE PERMANECE

RESUMEN

El principio constitucional brasileño de la indisociabilidad entre la enseñanza, la investigación y la extensión en las universidades sigue siendo un desafío permanente en la vida cotidiana. Existe una tendencia creciente a medir la productividad académica solo mediante resultados de investigación e innovación, en detrimento de una mayor integración entre la universidad y la comunidad. Los esfuerzos para cambiar este escenario a menudo tropiezan en problemas existentes tanto a nivel estructural como a nivel de las microrelaciones cotidianas. El objetivo de este artículo es discutir los desafíos de articulación entre investigación, docencia y extensión en la universidad pública, a partir del informe de acciones en Psicología Social y Derechos Humanos. Esta acción se refiere a una investigación en el nivel de maestría y a aulas de pregrado en la Universidad de São Paulo, desarrollada en el barrio Jaguaré, entre 2014 y 2016. Los resultados revelan que los desafíos para la inserción y la permanencia de las acciones de extensión en la comunidad están vinculados a factores tales como: temporalidades, instituciones, financiación, negociaciones e intereses de los diferentes actores involucrados. Se concluye que el potencial de articulación entre investigación, docencia y extensión en la universidad coexiste con las dificultades de efectuar el principio de inseparabilidad. Una posible forma de transformar este escenario es observar con atención los desafíos que se presentan en la vida cotidiana de las universidades.

Palavras chave: Extensão Universitaria. Psicologia Social. Comunidad. Acción Pública. Derechos humanos.

INTRODUÇÃO

Neste artigo serão desenvolvidas reflexões suscitadas durante o I Seminário de Cultura e Extensão do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), realizado em agosto de 2017, ocasião na qual foi possível compartilhar os resultados de atividades extensionistas desenvolvidas no âmbito da Psicologia Social e dos Direitos Humanos ([COSTA e GALEÃO-SILVA, 2017](#)). Tais atividades foram promovidas em um bairro vizinho à Universidade - o bairro Jaguaré, na cidade de São Paulo - a partir de pesquisa de mestrado e de disciplina regular obrigatória do curso de Psicologia do IPUSP. O foco será a discussão de alguns dos desafios enfrentados no cotidiano quando se

busca desenvolver ações articuladas entre pesquisa, ensino e extensão universitária na Universidade pública.

Ao refletir sobre a posição da extensão universitária em nosso cotidiano, percebemos que ainda representa um grande desafio articular atividades de pesquisa e ensino visando o desenvolvimento continuado de projetos extensionistas para a comunidade. Dos três pilares da educação universitária, a posição mais enxuta acaba sendo ocupada pelas atividades de extensão universitária, ainda que muitos esforços sejam feitos para alterar essa realidade ([MACHADO; AZEVEDO, 2015](#)).

Sabemos que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 43, inciso VII, compete à Universidade promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão de suas conquistas e benefícios resultantes das produções culturais, científicas e tecnológicas. Essa exigência está presente no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 nos termos de “indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão”. Na literatura, tal exigência é conceitualmente formulada pelas dimensões de interdisciplinaridade e bilateralidade entre universidade e comunidade ([CORRÊA, 2003](#)). Isso significaria dizer, grosso modo, que toda atividade acadêmica produzida na universidade é também, ao menos potencialmente, extensão universitária. Afinal, ao falar sobre a indissociabilidade entre os três pilares supõe-se algum nível de integração entre eles. Mas, para além do mínimo institucionalmente necessário, tal integração se enfraquece no cotidiano e então visualizamos um quadro relativamente fragmentado no qual a extensão universitária fica sempre em último lugar.

Observamos uma tendência crescente das exigências por produtividade acadêmica em termos de resultados de pesquisa, inovação e produção de patentes que regula o cotidiano de trabalho de docentes e discentes na universidade, especialmente no âmbito da pós-graduação. Muitas tentativas de aproximar universidade e comunidade acabam relegadas ao segundo plano em face de tais exigências. Isso significa que, por vezes, o desenvolvimento de atividades extensionistas representa, no cotidiano, sobretrabalho ou mero complemento às atividades de pesquisa e ensino. Os esforços dispendidos para alterar esse cenário costumam esbarrar em problemas tanto no nível estrutural como no nível das microrrelações cotidianas.

Por isso devemos, então, discutir criativamente a “necessidade de ações articuladas” entre ensino, pesquisa e extensão universitária ([POZZI, 2013](#)), pois, do contrário, este último setor de atividades poderá permanecer marginalizado. Estamos agora enfrentando um novo desafio semântico, qual seja, o da “articulação”. O que isso significa, concretamente, em nosso dia a dia?

No Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP) as ações extensionistas têm sido assumidas como um constante desafio, resultando, inclusive, na criação de um Grupo de Articulação de Trabalhos de Extensão ([MACHADO; AZEVEDO, 2015](#)). Quando pensamos sobre a necessidade de articular algo, somos obrigados a reconhecer que há uma segmentação entre distintos elementos, porém entendemos que é possível (e desejável) dispô-los em certo movimento, no qual possam se interinfluenciar, ao passo que produzem um determinado resultado comum. Nesse sentido, articular trabalhos e esforços de extensão universitária, significa, simultaneamente, colocar ensino e pesquisa em nova perspectiva.

A questão, agora, consiste em saber como fazer para articular – de forma coordenada – ações de pesquisa, ensino e extensão universitária. O objetivo deste artigo é tratar dessa questão apresentando resultados de uma experiência formativa em

Psicologia Social e Direitos Humanos, ocorrida no distrito Jaguaré, entre os anos de 2014 e 2016. Tais resultados foram sucintamente expostos durante o I Seminário de Cultura e Extensão do IPUSP, ocasião na qual foram recebidas algumas impressões e comentários e que agora podem ser assimilados em uma reflexão mais adequada.

PONTO DE PARTIDA: PESQUISA E ENSINO

Nosso ponto de partida foi o desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado sobre Proteção Social, Reconhecimento e Cidadania ([COSTA, 2016](#)) no Jaguaré – bairro situado ao lado da Cidade Universitária - desenvolvida entre 2014 e 2016. Tal pesquisa fez parte de um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado “Estudo crítico das demandas por reconhecimento na Psicologia Social Comunitária”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do IPUSP. Escolhemos esse território devido à familiaridade prévia com uma Organização da Sociedade Civil (OSC) local, o que inclusive já havia facilitado o desenvolvimento de pesquisa e intervenções sobre microcrédito junto à comunidade ([GALEÃO-SILVA; GONZALEZ; ALVES, 2012](#)). Além desse precedente, colaborou significativamente para a escolha do território o fato do aluno mestrando passar a residir no bairro Jaguaré, durante o desenvolvimento de sua pesquisa (a qual foi financiada por bolsa CAPES). Mas, também, e principalmente, definimos esse território com o intuito de estreitar os vínculos entre a Universidade (IPUSP) e lideranças locais (Jaguaré). Havia, portanto, desde o início, a perspectiva de desenvolvimento não apenas do projeto de pesquisa *per se*, mas também a possibilidade de firmar parcerias para ações que envolvessem estudantes de graduação do IPUSP no Jaguaré.

Ao longo da pesquisa, o aluno mestrando foi monitor voluntário e estagiário bolsista do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE) em disciplina regular obrigatória de Psicologia Social II (PST1461) do curso de Psicologia, nos anos 2014 e 2015. Naquela oportunidade, que envolveu supervisão e ensino, foi possível acompanhar duas turmas de estudantes de graduação em atividades práticas no território do Jaguaré. O objetivo das atividades práticas consistiu em conhecer o cotidiano de serviços socioassistenciais e de famílias beneficiárias, bem como identificar as principais demandas daquela população para, então, propor projetos de ação comunitária (extensão universitária) mirando atender às demandas identificadas.

É importante contextualizar o caráter pedagógico dessa proposta no âmbito da disciplina. Trata-se de uma disciplina obrigatória, composta por parte teórica e parte prática, ministrada por três docentes do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. Historicamente, a parte prática consistia em exigir dos/as estudantes a produção de um diário de campo sobre a experiência pessoal de um dia de trabalho não qualificado e subalterno. Isso permitia aos estudantes - que em geral tiveram pouca ou nenhuma experiência prévia de trabalho - experimentarem uma profunda reflexão sobre alteridade. Tais atividades práticas produziram importantes estudos sobre invisibilidade e humilhação social ([COSTA, 2004](#)). Ocorre, contudo, que se, por um lado, essa prática foi uma grande novidade e oportunidade de abertura para o Outro do ponto de vista de estudantes oriundos de classes privilegiadas, por outro lado, significou um enorme desconforto para estudantes trabalhadores oriundos de classes populares que conseguiram acessar a USP. Por isso, a parte prática da disciplina foi colocada em xeque durante a greve de 2014 que durou cerca de três meses e que internamente ao IPUSP promoveu intensas reflexões sobre a Universidade, em geral, e sobre o curso de Psicologia, em particular.

Assim, na retomada das atividades pós-greve, a parte prática da disciplina foi reconfigurada para um novo modelo formativo, agora com ênfase na defesa dos Direitos Humanos. Mantendo os objetivos pedagógicos, foi alterada a tarefa específica e os locais da atividade prática. Essa passou a ocorrer junto a comunidades em diferentes territórios vulneráveis. Tais comunidades foram escolhidas a partir de inserções prévias dos docentes via seus programas de pesquisa.

As comunidades participantes foram: 1) Heliópolis (Zona Sul); 2) Jardim Jangadeiro (Zona Sul); 3) Ocupação do Hotel Cambridge (Centro); 4) Ocupação Penaforte Mendes (Centro); 4) São Remo (Zona Oeste); 5) Jaguaré (Zona Oeste).

Ao longo da disciplina, os/as estudantes foram divididos em grupos de supervisão e preparados para realizar visitas às comunidades. Discutiremos mais adiante alguns dos resultados dessa experiência, a partir da atuação do aluno mestrando.

SOBRE O PERCURSO METODOLÓGICO

A postura metodológica adotada na pesquisa de mestrado ([COSTA, 2016](#)), e que se estende sobre a totalidade das ações narradas neste artigo, consistiu em contínuo “trabalho de campo”, utilizando técnicas de observação participante no território, fundamentada na posição de [Spink \(2008\)](#) a respeito do “pesquisador conversador no cotidiano”. Nessa perspectiva, o cotidiano é abordado em seus “micro-lugares” num constante fluxo de objetos, significados e representações do qual o pesquisador necessariamente participa. Isto nos permite analisar nossa própria experiência de forma sistemática e rigorosa, sem nos confundirmos com nosso “campo-tema”. Em outras palavras, isso quer dizer que “campo”, nesta acepção, não é um lugar geográfico para onde vamos quando queremos conhecer uma determinada realidade, mas significa o “campo de significação” (campo-tema) no qual estamos inseridos desde o início de nossa pesquisa e que acaba se traduzindo na forma de um argumento que procuramos validar socialmente através de nosso trabalho de investigação.

Esta postura metodológica não é nova no campo da Psicologia Social. Neste relato, em particular, temos o desafio de situar em nosso “campo-tema” uma reflexão sobre a própria Universidade, sem cairmos na armadilha de tentar criticá-la externamente. Nesse sentido, estamos desenvolvendo um argumento “interno”, que se pretende crítico, pois necessário para a melhor compreensão do objeto colocado, qual seja, o desafio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão universitária. Convém mencionar, ainda, que no tocante aos preceitos éticos, a pesquisa de mestrado foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPH) do IPUSP, sob o Parecer 1.058.495.

O percurso metodológico parte das atividades de pesquisa *stricto sensu*, isto é, da pesquisa de mestrado. Porém, durante as observações de campo e interação com membros da comunidade e da OSC o delineamento do escopo da pesquisa passou a comportar outras atividades, ligadas à graduação. Assim, durante reuniões de orientação e discussão em grupo do andamento da pesquisa, foi possível propor o território do Jaguaré como campo para a prática supervisionada da disciplina de graduação em Psicologia Social. O foco nos Direitos Humanos direcionou essas atividades para as lideranças locais, que há décadas lutam por direitos da população na parte mais vulnerável do bairro Jaguaré. Além disso, o trabalho de levantamento de demandas dos grupos de estudantes da graduação – acompanhados e supervisionados pelo aluno mestrando e por docentes da disciplina – permitiu a elaboração de projetos de extensão

universitária específicos para atender às necessidades da comunidade. Dois projetos foram elaborados, porém não foram implementados.

Se, por um lado, a integração das atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária aparecem como uma real possibilidade nesse processo, por outro lado, a efetivação e manutenção dessa integração exigem mais esforços do que aqueles que foram possíveis de mobilizar durante o período em análise (2014-2016).

Em síntese, recoloca-se aqui a questão sobre a função da Universidade e sua relação com a comunidade, especialmente no que se refere à possibilidade de prestação de serviços continuados para a população. Enquanto os serviços que estão localizados dentro da Universidade parecem obter melhores resultados em termos de articulação pesquisa-ensino-extensão universitária, as iniciativas que visam levar a universidade para além de seus muros mostram maiores dificuldades para se efetivar de modo perene.

RESULTADOS E REFLEXÕES

Não há nenhuma novidade em mostrar que pesquisas de mestrado com trabalho de campo favorecem o diálogo da Universidade com diversos setores da comunidade. Isso ocorre, com frequência, para que os objetivos da pesquisa sejam cumpridos.

No entanto, em geral o retorno do conhecimento produzido à comunidade depende de fatores que vão além do projeto de pesquisa. Uma dissertação ou tese pode terminar na prateleira da biblioteca e no currículo de seu autor ou ir além desse destino manifesto e materializar-se como benefícios concretos para uma comunidade.

Em nosso caso, estamos trazendo para discussão os resultados obtidos durante a execução das atividades de pesquisa e ensino. Podemos sintetizar esse processo em três momentos: 1) o acesso ao território; 2) a descoberta de redes ativas; e 3) dificuldade para articular ações no território. Vejamos detalhadamente cada um desses momentos.

O próximo-distante: quando a Universidade é interpelada pelo território

Nossa inserção no território, como foi dito acima, deu-se por intermédio de uma Organização da Sociedade Civil (OSC) local – a Congregação de Santa Cruz – com a qual já havia uma relação precedente ([GALEÃO-SILVA; GONZALEZ; ALVES](#), 2012). Desta vez, no entanto, o contato visava o desenvolvimento da pesquisa de mestrado, o que pressupunha a presença do aluno mestrando em espaços do território, especialmente nos projetos sociais da OSC.

Após explicarmos os detalhes do projeto de pesquisa – que foi entregue para o então diretor da OSC – fomos interpelados a respeito do compromisso que a USP poderia firmar com as pessoas da comunidade. A questão era explícita: haveria benefício para a comunidade ou seria apenas para os pesquisadores?

Foram-nos relatadas situações em que pessoas ligadas à Universidade pediam para fazer atividades formativas com crianças e jovens no território, mas após o término do período letivo não retornavam para dar continuidade aos trabalhos, gerando assim prejuízos para a comunidade. Consideramos que essa demanda é legítima e mostra que se a relação entre universidade e comunidade não for criticamente analisada, teremos uma relação assimétrica na qual apenas um dos lados obtém os benefícios almejados. Assim, a crítica feita à USP serviu para estimular a autocrítica sobre como direcionar nossos métodos de investigação para que caibam propostas de intervenção dentro dos projetos de pesquisa ou das atividades práticas de disciplinas regulares.

O aluno mestrando levou essas questões para o grupo de pesquisa e, já no período letivo seguinte, passou a colaborar como monitor da disciplina de Psicologia Social II que estava em processo de reformulação de seus campos de atividade prática, como dito acima.

É importante ressaltar também que a relação USP-Jaguapé não é marcada somente por encontros fortuitos. Pelo contrário, observamos vínculos fortes e duradouros entre lideranças locais e pesquisadores de outras unidades de ensino, tais como a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). Os contatos com outros grupos de pesquisa consolidados no território do Jaguaré nos fizeram perceber uma pluralidade de caminhos possíveis para acesso da Universidade à comunidade e vice-versa, ficando patente a existência de “redes comunitárias ativas” no território.

Tentativas de articulação: a Rede “Por um Jaguaré Mais Feliz”

A presença de equipes de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento (Ciências Sociais, Urbanismo, Psicologia etc.) no mesmo território já representa, *per se*, a possibilidade de uma rede interdisciplinar de intercâmbio de conhecimentos e práticas que podem ser colocadas a serviço da comunidade. No entanto, a sistematização desses trabalhos tende a ser obliterada pelas exigências de produtividade e hiperespecialização presentes no cotidiano do trabalho universitário.

Já nos micro lugares do território, os problemas enfrentados cotidianamente – seja por famílias, por lideranças locais, pelas OSC’s, por escolas etc. – acabam produzindo uma miríade de possibilidades e demandas para os atores internos (moradores) e externos (universidade) da comunidade.

Em nossas incursões sistemáticas no território notamos que o território se revela aos observadores externos enquanto território ativo, isto é, como espaço vivido por pessoas que lutam diariamente por melhores condições de vida e pelo respeito à sua dignidade. As histórias que ouvimos, tomadas isoladamente, não são automaticamente representativas (no sentido estatístico e passível de generalização), mas compõem o mosaico de relações que as tornam efetivamente “representativas”, isto é, presentificam em um micro lugar do cotidiano determinações sociais mais amplas que incidem sobre a vida das pessoas naquele território.

Um exemplo nessa direção foi a “descoberta” da “Rede Por Um Jaguaré Mais Feliz”. Tal rede corresponde à tentativa de reunir diferentes atores sociais que atuam no território, em diferentes perspectivas: escolas públicas, OSC’s, lideranças locais, articuladores de projetos sociais, Companhias de Teatro, Cursinho Popular, Organizações Não-Governamentais, Polícia Militar, Biblioteca Pública, Universidade etc. O objetivo da Rede é promover o intercâmbio de experiências, debater soluções e promover ações conjuntas em benefício do território.

Fomos convidados a participar da Rede, enquanto USP, porém percebemos que mesmo havendo alguma inserção da Universidade no território há mais de uma década, a Rede se constituiu inicialmente de forma independente. Somente após certa consolidação das atividades da Rede Por Um Jaguaré Mais Feliz é que a USP passou a participar das reuniões mais ativamente. Disso decorreu certa abertura para se pensar a contribuição da USP para o território, ainda que estivesse evidente a capacidade de auto-organização das entidades locais.

Efetivamente, havia distintos interesses em jogo na Rede. Mas também havia sentimento de solidariedade e cooperação entre os participantes, pois o objetivo final era a promoção de serviços de qualidade para a população no território. Em tal contexto, foi possível para o aluno mestrando desenvolver parte de sua pesquisa sobre os serviços de proteção social no território a partir de uma OSC local e analisar o caráter de “ação pública” de tais serviços. Isto significa observar as ações dos serviços para além da centralidade exclusiva na ação do Estado, ou seja, integrando também as ações da sociedade civil presentes no território que contribuem para a efetivação da cidadania (COSTA, 2017).

Dificuldades para articular ações no território

Em decorrência da “descoberta” dessa rede de entidades que atuam localmente foi possível direcionar as atividades de prática supervisionada em Psicologia Social e Direitos Humanos da disciplina de graduação para o Jaguaré. Foram acompanhados dois grupos de estudantes da graduação em visitas ao território para conhecer alguns dos serviços locais e algumas lideranças históricas que têm lutado pela garantia de direitos nas áreas mais vulneráveis da comunidade.

A partir das visitas foram levantadas demandas específicas e elaboradas duas propostas de intervenção na forma de projetos de extensão universitária. A primeira proposta consistia em facilitar o desenvolvimento de um Grupo de Teatro para jovens, a partir de experiências locais – já existem Companhias de Teatro que atuam no Jaguaré –, mas com foco específico na formação e capacitação em técnicas de Teatro Fórum e Jogos Teatrais, inspirados na metodologia do Teatro do Oprimido, de Augusto Boal. Nesse projeto, o público-alvo seriam jovens entre 15 e 18, egressos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, modalidade Centro para Crianças e Adolescentes (SCFV-CCA). O objetivo era favorecer a construção de perspectivas críticas sobre a realidade desses jovens, que costumam ser as maiores vítimas de violações de direitos humanos. Para viabilizar esse projeto foram realizadas reuniões específicas de apresentação da proposta com grupos de teatro locais e foram selecionados estudantes voluntários, da graduação e pós (nível doutorado), para coordenar os encontros do projeto. Contudo, o projeto não foi executado. Refletiremos sobre o porquê mais adiante.

O segundo projeto também surgiu do levantamento das demandas da comunidade e visava promover um Grupo de mães, pais e responsáveis por crianças atendidas pelo Centro de Inclusão Educacional (CIE) do Jaguaré. Esse projeto partiu da constatação de que o serviço oferecido às famílias no CIE acabava não comportando as demandas específicas dos cuidadores das crianças atendidas. Tendo em vista a potência dos micro-encontros do cotidiano, em especial, daqueles que se dão em uma sala de espera, por exemplo, o objetivo do projeto seria oferecer um espaço de escuta, acolhimento e diálogo sobre demandas e questões das mães, pais e cuidadores participantes relativas à convivência familiar e comunitária. O projeto seria desenvolvido no próprio CIE, especialmente enquanto as pessoas aguardam atendimento, na recepção. Haveria supervisão dos encontros por docente do curso de psicologia da USP, pesquisadora especialista em estudos sobre famílias. Foram selecionados estudantes voluntários interessados e realizada reunião de apresentação da proposta à equipe do CIE. Mesmo sendo bem acolhido, este projeto também não foi executado.

Em ambos os casos, a questão que fica é a seguinte: por que, mesmo havendo grande potencial de articulação de pesquisa, ensino e extensão universitária os projetos

nem sempre são traduzidos em atividades práticas, contínuas e integradas? Certamente não há uma resposta única e inequívoca, mas muitas reflexões podem ser suscitadas se buscarmos compreender melhor essa realidade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Podemos agora analisar os acontecimentos narrados e situá-los no debate mais amplo referente aos caminhos da extensão universitária na atualidade. Como ponto de partida, assumimos que as atividades de extensão universitária não gozam do mesmo *status* que as atividades de pesquisa e ensino, dentro das Universidades e que isto está em grande medida relacionado aos padrões de avaliação do desempenho dessas instituições e não aos seus marcos normativos específicos.

Antes de tudo, não espanta que a via de acesso da Universidade à comunidade seja a pesquisa – isto é perfeitamente compreensível, do ponto de vista da própria Universidade. Porém, chama a atenção que a Universidade seja pouco ou nada requisitada pela comunidade, mesmo sendo vizinhas, como no caso da USP e o Jaguaré. Quando ocorre tal demanda, a prestação de serviços acontece *do lado de dentro* da Universidade. Em outras palavras, a Universidade pública é oficialmente “aberta” à população, mas no cotidiano revela-se “fechada em si mesma”. Não por acaso, no cotidiano, a USP é conhecida como uma “bolha universitária”. Talvez por isso que, no Jaguaré, a Rede Por Um Jaguaré Mais Feliz comece e permaneça autônoma em relação à Universidade, mesmo tendo como vizinha a maior universidade de país.

Além disso, a ênfase das avaliações em obter resultados imediatos no âmbito da pesquisa, formação técnica e inovação/patentes acaba deixando pouco espaço para a avaliação dos resultados (ou a falta de) em termos de prestação de serviços à comunidade. Por isso, talvez, que a aposta mais nítida para alterar este quadro seja a articulação entre pesquisa, ensino e extensão universitária. Afinal, a extensão universitária, em si mesma, não tem sido suficiente para balizar e mensurar a qualidade e sentido social da produção universitária.

Daí os dois projetos extensionistas elaborados partirem das atividades de pesquisa e ensino, mas não serem levados a termo. Não há maiores “problemas”, do ponto de vista da avaliação de desempenho e produção, quando projetos de intervenção comunitária são preteridos em relação às atividades de pesquisa e ensino. De certa forma, isso deixa em segundo plano iniciativas históricas e bem-sucedidas de aproximação da Universidade à comunidade. Como exemplo, podemos citar a presença da USP junto a diversos movimentos sociais da cidade, como os que aceitaram ser coparticipantes na referida disciplina de Psicologia Social.

Um dos principais problemas para consolidar ações integradas entre extensão universitária, pesquisa e ensino talvez seja como equacionar diferentes ritmos e temporalidades. Na universidade há um calendário letivo semestral explícito, que organiza principalmente as atividades de ensino na graduação e pós-graduação. Esta última, mesmo tendo um calendário mais fluído – que permite a continuidade de atividades durante os períodos de recesso letivo –, ainda assim deve seguir um rígido cronograma de início e término com apresentação de resultados adequados e suficientes. O mesmo costuma acontecer com projetos de pesquisa mais amplos, coordenados por docentes, com ou sem financiamento externo. Isso parece concorrer para minar atividades de extensão continuadas.

Ainda em relação aos ritmos e temporalidades, do ponto de vista da vida cotidiana na comunidade, os problemas são colocados em outra ordem de grandeza: são as famílias que enfrentam problemas estruturais em situações específicas (ex.: desemprego, drogas, violência etc.); são as instituições que possuem visão, missão e valores claros, cujas práticas não são facilmente readequadas em função da Universidade; são os coletivos culturais e sociais que se organizam de forma autônoma em função de suas pautas e com isso desenvolvem seus próprios métodos e aprendizado... Enfim, parece sintomático dizer que o “problema” da (pouca) extensão universitária não seja visto como tal pela comunidade.

É claro que há outros fatores, como o planejamento adequado das atividades de extensão universitária, para que atinjam seus resultados e, subsidiariamente, contribuam para pesquisa, ensino e inovação. Acompanhado ao aperfeiçoamento do planejamento é mister que haja crescimento no financiamento direto das ações extensionistas. Sem financiamento dos projetos, com maior disponibilidade de bolsas de fomento e critérios de avaliação que garantam longitudinalidade e constância das ações, dificilmente haverá modificação substantiva do cenário atual em que se encontra a extensão universitária.

Por fim, observamos que há interesse por parte tanto da Universidade como da comunidade em estabelecer parcerias para desenvolver serviços de qualidade à população. Contudo, poucos acordos são institucionalmente firmados. As tentativas param em diversos obstáculos, tais como a prioridade da pesquisa e do ensino, em detrimento da extensão universitária; as diferentes temporalidades presentes no cotidiano universitário e comunitário; as capacidades organizativas (autônoma, no caso da comunidade e burocrática, no caso da Universidade); além da insuficiência no investimento para fomentar ações continuadas e integradas entre pesquisa e ensino, tendo como foco a prestação de serviços à comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir este artigo afirmando que o potencial de articulação entre pesquisa, ensino e extensão universitária na universidade coexiste com as dificuldades de efetivar o princípio da indissociabilidade entre esses elementos e o princípio da bilateralidade entre universidade e comunidade. Neste cenário, as tentativas de avançar na integração das ações tendem a perder força em meio a fatores institucionais e relacionais, presentes no cotidiano dos atores envolvidos, especialmente desde a Universidade, onde o “problema” da extensão universitária é formulado com mais clareza.

Para avançarmos no sentido de construir serviços e ações extensionistas de qualidade prestados às comunidades, é importante observar com atenção os desafios que se colocam, no cotidiano, como entraves à integração entre pesquisa, ensino e extensão universitária. Na perspectiva da defesa da cidadania, em especial dos Direitos Humanos, é necessário manter sempre na ordem do dia o debate sobre a função da Universidade, principalmente a Universidade pública. Afinal, o trabalho acadêmico não está “fora” da sociedade e a Universidade não é uma “bolha” (ou torre de marfim) alheia aos problemas enfrentados cotidianamente por suas comunidades vizinhas. Com efeito, é difícil saber o quanto tais comunidades se beneficiariam de uma presença maior e mais constante da Universidade a seu serviço, pois, de fato, ainda há um enorme caminho a ser trilhado neste sentido.

Submetido em 30 mar. 2018

Aceito em 22. jun. 2018

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, E. J. Extensão universitária, política institucional e inclusão social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v.1, n.1, p. 12-15, jul./ dez, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/864>. Acesso em: 31 mar. 2018.
- COSTA, F. B. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social.** São Paulo: Globo, 2004.
- COSTA, J. F. A. **Cidadania, reconhecimento e proteção social: um estudo sobre serviços socioassistenciais na cidade de São Paulo.** 179 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde08022017100738/pt-br.php> . Acesso em: 31 mar. 2018.
- COSTA, J. F. A. Análise de políticas públicas para além do Estado: um estudo sobre a ação pública de assistência social no município de São Paulo. [resumo] In: Anais do XIX ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL (ABRAPSO), 19., 2017. Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: ABRAPSO, 2017. . p.152-153. Disponível em http://www.encontro2017.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=4 . Acesso em: 31 mar. 2018.
- COSTA, J. F. A.; GALEÃO-SILVA, L. G. Desafios da articulação entre pesquisa, ensino e extensão: relato de experiência em Psicologia Social e Direitos Humanos no bairro Jaguaré. [resumo]. In: **Anais do I Seminário de Cultura e Extensão.** Pp. 39-40. Comissão de Cultura e Extensão do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: IP/USP, 2017. Disponível em: < http://newpsi.bvpspsi.org.br/eventos/i_seminario_cultura_extensao_IPUSP.pdf> . Acesso em: 27 jun. 2018.
- GALEÃO-SILVA, L. G.; GONZALEZ, L.; ALVES, M. A. Comunidade e reconhecimento nas relações econômicas. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, São Paulo,v. 15,n. 2, p. 189-203, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1516-37172012000200003&lng=pt&nrm=iso> . Acesso em: 31 mar. 2018.
- MACHADO, A. M.; AZEVEDO, L. A. A atividade de extensão universitária, o Jardim São Remo e uma Instituição Educacional – desafios na criação de um campo comum de trabalho. **Revista Cultura e Extensão USP**, São Paulo,v. 13, p. 85-95, maio, 2015.Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9060.v13i0p85-95> . Acesso em: 31 mar. 2018.
- POZZI, D. H. B. Revista de Cultura e Extensão Universitária: forma e abrangência. **Revista Cultura e Extensão USP**, São Paulo,v.10, p.21-24, nov. 2013. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9060.v10i0p21-24> . Acesso em: 31 mar. 2018.
- SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 20, , p. 70-77, 2008. Número Especial. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010> . Acesso em: 31 mar. 2018.